

O ATAQUE DOS LEÕES E A RESISTÊNCIA DAS LEOAS: UMA LEITURA DE *A CONFISSÃO DA LEOA*, DE MIA COUTO

THE ATTACK OF THE LIONS AND THE RESISTANCE OF THE LIONESSES: A READING OF MIA COUTO'S A CONFISSÃO DA LEOA

Maria Perla Araújo Morais **1**
Egly Stérfane da Silva Borges **2**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo abordar a condição da mulher moçambicana na obra *A confissão da leoa*, de Mia Couto. Buscou-se observar o quadro amplo de vulnerabilidade da mulher promovido por uma sociedade patriarcal e fragmentada pela experiência colonial. Com objetivo de discutir as opressões sociais, culturais e, principalmente, sexuais, a que as figuras femininas estão submetidas no romance, estudaremos alguns aspectos históricos de Moçambique para uma melhor compreensão sobre a situação subalterna da mulher neste país africano. Analisaremos três personagens femininas do romance: Mariamar, Hanifa e Naftalinda. A partir delas, compreenderemos a opressão das mulheres naquela sociedade e entenderemos como cada uma procura resistir às condições e aos dramas sofridos pelas diversas violências que lhes são impostas.

Palavras-chave: Mia Couto. Moçambique. Mulher. Violência sexual.

Abstract: This paper addresses the condition of the Mozambican women in Mia Couto's *A confissão da leoa*. We tried to observe the broad framework of woman's vulnerability promoted by a patriarchal society fragmented by the colonial experience. By discussing the social, cultural, and especially sexual oppressions to which the female figures are subjected in the novel, we stress some historical aspects of Mozambique for better understand the subaltern situation of women in this African country. We decided to make focus on three female characters of the novel - Mariamar, Hanifa, and Naftalinda - in order to understand the women's oppression in that society and also to see how each one of the characters tries to resist the ordeals imposed to them by the surrounding violence.

Keywords: Mia Couto. Mozambique. Woman. Sexual violence.

Professora de Literatura Portuguesa da Universidade Federal de Tocantins e líder do grupo de pesquisa NELA: Núcleo de estudos de Literaturas Africanas e Portuguesa, cadastrado no CNPQ. E-mail: perlamorais@gmail.com **1**

Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: sterfane.borges@gmail.com **2**

Introdução

Entender a representação da mulher em obras literárias é um tema relevante já que, na vida em sociedade, elas são submetidas a situações bem precárias. Muitas obras literárias traçam um perfil da figura feminina discutindo a imagem social da mulher.

Em *A confissão da leoa*, Mia Couto evidencia a condição da mulher em Moçambique, na aldeia Kulumani. Esse romance tem como temática principal a violência a que as mulheres são submetidas cotidianamente. A obra foi inspirada em uma experiência real do autor, que, logo no início do texto, a explica. A pequena comunidade de Kulumani era atacada por leões que faziam de suas vítimas apenas as mulheres da aldeia, o que incentivou o escritor a explorar, em seu romance, as questões sociais que poderiam estar contribuindo para esses ataques seletivos. Assim, em vez de, puramente, explorar o problema sob uma perspectiva ambiental e ecológica, Mia Couto procura também apresentar a questão sob um viés social e cultural, discutindo quais aspectos contribuiriam para essa vulnerabilidade de um grupo específico.

Explorando esses conflitos que as mulheres sofrem na aldeia de Kulumani, um é bastante pontual: a violência sexual. Esse dado nos leva a perceber que os ataques de leões são também metáforas para se falar da violência que as mulheres sofrem nas mãos dos homens de Kulumani. Leões aqui podem ser tanto vistos como os animais, mas também como uma imagem do sujeito masculino. Nesses dois casos, as mulheres encontram-se vulneráveis por diferentes práticas sociais que as colocam em uma situação subalterna. Vulneráveis, elas são alvos fáceis para leões e homens. Dessa forma, cria-se uma relação muito intrínseca entre o ataque dos homens, a vulnerabilidade das mulheres e os ataques dos leões.

No romance, quando entendemos a dinâmica social que institui a subalternidade feminina, conseguimos perceber que a sociedade é conivente com esse ataque seletivo. As práticas subalternas são corrosivas, por vezes silenciosas, mas têm como consequência clara a exposição das mulheres a estados de sofrimento mental e físico, a ponto de algumas desistirem de viver e se jogarem nas bocas dos animais.

As mulheres de Kulumani têm muitas coisas para contar, no entanto, suas vozes são silenciadas e esquecidas pela violência impressa em suas trajetórias. *A confissão da leoa* está atento a esse silenciamento, por isso, além das dinâmicas dos ataques, visualiza também a resistência. Para percebermos esse duplo aspecto, faremos uma análise mais detalhada de três personagens femininas da obra: Mariamar, Hanifa e Naftalinda. Buscaremos compreender como cada uma delas resiste e denuncia as condições e os dramas sofridos pelas diversas violências que lhes são impostas.

Moçambique e seu tecido social fragmentado

Moçambique é um país africano, localizado no sudeste do continente. Foi colônia portuguesa conquistando sua independência em 1975. Em 1964, surgiu o movimento Frelimo – Frente de libertação de Moçambique - que lutava pela libertação nacional, finalizada apenas em 1975. Após assumir o poder, a Frelimo tentou fazer frente a organização social, política e econômica da colonização, optando por uma leitura bastante particular do marxismo-leninismo.

A história da colonização de Moçambique baseava-se na exploração das riquezas naturais, no tráfico das populações negras, bem como na imposição de uma cultura europeia. Com a mudança de governo, os estrangeiros que viviam em Moçambique foram expulsos e a Frelimo é desafiada a administrar uma sociedade totalmente fragmentada. A colonização portuguesa instituiu em Moçambique um sistema econômico de base capitalista, o que fez com que a Frelimo não conseguisse implantar o modelo econômico socialista; por outro lado, a economia capitalista trouxe enraizada, em seu sistema, conceitos de inferioridade racial, que impôs condições humilhantes à população moçambicana.

Após a independência, além de lidar com essas questões, a Frelimo se viu frente também a uma oposição, a Renamo, movimento apoiado pela África do Sul, que buscava uma “guerra contra-revolucionária” (DINERMAN, 2006, p. 33). Nesse sentido, procurava defender vários aspectos que a Frelimo havia desconsiderado de seu projeto de nação, como as autoridades tradicionais e práticas culturais anteriores à colonização:

(...) O começo da “guerra civil”, nas localidades rurais de Moçambique apenas dois anos após a independência, fez com que, cada vez mais, as comunidades rurais se afastassem do Estado e, conseqüentemente, das instituições e projectos políticos da Frelimo. Treinados e aprovisionados pelas forças de segurança da Rodésia e, mais tarde, da África do Sul, os operacionais da Renamo iniciaram uma campanha de terror e desestabilização com pouco mais do que a sabotagem e o saque arbitrários como estratégia político-militar. Todavia, depressa descobriram que os outrora respeitados chefes tradicionais, das comunidades rurais espalhadas por Moçambique, estavam frequentemente dispostos a colaborar com esta “nova” revolta contra o partido-Estado da Frelimo que os tinha marginalizado, envergonhado e cometido sobre si uma série de abusos políticos e sociais (Geffray, 1990). Genericamente, à falta de uma ideologia própria, a Renamo opunha-se a tudo aquilo a que a Frelimo estava a favor, bem como a favor de tudo aquilo a que a Frelimo se opunha (Alexander, 1995). Discordar da Frelimo significava, entre outros aspectos, um regresso a um passado histórico no qual os chefes tradicionais eram respeitados, obedecidos e integrados na respectiva estrutura de autoridade política.(...) (LOURENÇO, 2007, p. 197-8)

Lourenço afirma que a Frelimo, no início de sua constituição, apesar da negação formal da organização sociocultural, reconhecia o prestígio das autoridades tradicionais junto das suas populações rurais e admitia sua legitimidade na construção da nova definição e organização política local. No entanto, após a independência, a Frelimo adota uma postura de excluir a participação dos tradicionalistas das áreas rurais na política de Moçambique, se opondo ao tradicionalismo rural, o que gerou um conflito social e político entre Estado e tradição. Essa atitude estaria apoiada, entre outros aspectos, numa leitura de que as autoridades tradicionais também teriam colaborado com o projeto português de colonização.

Do confronto entre Frelimo e Renamo, Moçambique entrou em uma guerra civil que durou até 1992, com a assinatura do Acordo de Paz. Após esse acordo, o país adotou o pluripartidarismo e procurou incorporar setores descontentes da sociedade na estrutura do Estado:

Depois do Acordo de Paz, a nação (...) tinha que ser encenada e exibir um projeto de “futuro” que se diferenciasse da retórica anti-tribal defendida depois da independência. Recorre-se, para isso, à busca de representatividade dos setores descontentes, incorporando-os à imagem do Estado. Se hoje a própria Renamo levanta questionamentos ao panteão de heróis moçambicanos (para o partido só heróis da Frelimo são contemplados), após a assinatura do Acordo era necessário pensar também as diferentes etnias, raças, tribos e regiões para cancelar a paz. (MORAIS, 2016, p.26)

É desse tecido social fragmentado por diversas experiências históricas, políticas e culturais que resulta hoje a sociedade moçambicana. Dessa forma, não há como pensar Moçambique sem tentar entender o impacto que os acontecimentos históricos propiciaram em sua sociedade. Cada identidade, cada grupo, de uma forma ou de outra, demonstrará que não poderá ser pensado de maneira alheatória ou dissociados desses processos históricos.

Em relação às mulheres, por exemplo, seu espaço dentro da dinâmica social também deve ser pensado sob esse impacto dos eventos históricos, sobretudo como a colonização e como a cultura tradicional articulam um entendimento sobre o sujeito feminino depois da independência do país. Se soubermos que, dentro das organizações sociais oriundas do confronto ou da mescla desses eventos históricos, há uma assimetria de gênero, podemos perceber um quadro amplo de vulnerabilidade do sujeito feminino em Moçambique.

Em relação ao contexto colonial, Portugal implementou em Moçambique seus valores familiares de cunho patriarcal, condicionando a mulher a um papel subalterno. Quer seja explorada como força de trabalho, quer sofrendo o abuso sexual dos colonizadores, a mulher estava dentro de uma narrativa social patriarcal que a silenciava e justificava sua posição subalterna. Violentadas e oprimidas, sua subalternidade era singular, se pensarmos o amplo quadro da colonização europeia. A subalternidade feminina em Kulumani é descrita a partir do nascimento, pois são negadas às mulheres, além do direito à fala, o direito de existir, uma vez que são ensinadas a obedecer sempre:

(...) – Não olhe para mim enquanto falo. Ou já perdeu o respeito?

Baixei os olhos, como fazem as mulheres em Kulumani. E voltei a ser filha enquanto Genito reganhava a autoridade que, por momentos, havia escapado.(...) (COUTO, 2012, p. 25)

Nessa cena, o personagem Genito simboliza a figura do pai, mas também do opressor e agressor, uma dinâmica que não pode ser pensada imune às implementada pela colonização. O pai opressor-agressor, dentro de uma aceção colonial patriarcal, é uma imagem que revela como práticas sociais se moldam a partir do contato entre as culturas. O pai aqui é aquele investido da imagem do colonizador patriarcal que, além de submeter a família a sua regra, também a submete a práticas sociais subalternas da colonização.

Nesse sentido, trata-se de ver também em Kulumani o impacto da colonização europeia fomentando ou agudizando as práticas subalternas tradicionais em relação às mulheres. Por exemplo, a agricultura tornou-se no período pós-colonial a principal fonte de economia, uma vez que a colonização portuguesa não foi um projeto desenvolvimentista. A prática do trabalho assalariado obrigatório levou homens e mulheres para o trabalho na agricultura e, apesar da mão de obra feminina ser irregular, justificava-se para o pagamento de dívidas dos seus parentes masculinos, o que acarretou o favorecimento da prostituição, já que as mulheres poderiam ser vendidas ou prostituídas para prover o pagamento de tais dívidas. (SANTANA, 2009, p. 69).

O fato de as mulheres saírem para o trabalho agrícola não diminuiu suas atividades domésticas e suas obrigações com seus maridos, acarretando o aumento de suas tarefas. A agricultura familiar passa a ser significativa na economia do país e são as mulheres que desempenham um papel fundamental, apesar de serem exploradas. A exploração feminina em Moçambique não aconteceu apenas no período pós-colonial. Pelo contrário, se formos pensar no projeto colonizador português, a maneira como a mulher será explorada depois da independência está intimamente ligada ao colonialismo.

Portanto, após a independência, o panorama em relação às mulheres não irá mudar muito e será intensificado por também ter que lidar com exigências dos papéis femininos dentro das comunidades tradicionais. No cenário pós-colonial, retomar a tradição não significa que, de fato, o passado será resgatada; significa que o passado será acionado como também uma narrativa que garantirá espaços de poder:

O reavivar das expressões culturais num contexto em que a tradição se havia ajustado a novas realidades resulta num processo de agravamento da posição subalterna da mulher, pois certos aspectos desta são sujeitos a uma filtragem e decorrem das habilidades e capacidades de manipulação dos que a transmitem. A utilidade particular de uma tradição é possibilitar e oferecer a todos que a enunciam e a reproduzem no quotidiano, os meios de afirmar as suas diferenças e de assegurar a sua autoridade e poder (Lenclud 1987:118). É neste contexto que se pode entender que, em nome da tradição, se mantenham ainda, por exemplo, em bairros da periferia da cidade de Maputo, rígidos padrões de autoridade e dominação masculina na definição das estratégias de casamento, no

controle da sexualidade e capacidade reprodutiva feminina e nas práticas religiosas tradicionais. (LOFORTE, 2003, s.p.)

Fragmentado pela experiência colonial, o espaço da tradição, no contexto do confronto de forças após a independência, deve também ser pensado como algo que não está imune ao estabelecimento ou manutenção do poder. Nesse sentido, a dominação masculina será enfatizada dentro dessas práticas tradicionais porque se constituirá em uma dentre outras tantas estratégias para se assegurar o poder econômico, social e político. As práticas pós-coloniais não devem ser reduzidas a ver como sociedades expostas à colonização conseguiram superar ou romper com essa condição; pelo contrário, devem mesmo se constituir no estudo das permanências de questões da própria colonização.

Em *A confissão da leoa*, podemos perceber as condições históricas e sociais das mulheres de Kulumani, um povoado no norte de Moçambique. Segundo Guimarães (2013, p. 23), nessa região norte da sociedade tradicional de Moçambique, havia uma sociedade matrilinear, ou seja, o controle da mulher pertencia ao homem mais velho da família da mãe, pois, como não podiam falar em público, precisavam de um tutor masculino. Ao se referir às sociedades matrilineares é preciso entender que, mesmo valorizando a linhagem da mulher, nessas sociedades o comando da família é do chefe masculino. Matrilinear não é o mesmo que patriarcal:

As sociedades matrilineares não são o espelho oposto das sociedades patrilineares. Sendo que a maioria delas são matrilineares mas não patriarcais. Ou seja, habitualmente mesmo em sociedades matrilineares as mulheres não ocupam a mesma posição que os homens ocupam nas sociedades patrilineares e patriarcais. Assim, enquanto a descendência é rastreada através das mulheres, nalgumas sociedades matrilineares os homens continuam a manter uma posição importante, nomeadamente na casa das suas irmãs, como parece acontecer com os Búnaque que estudamos neste trabalho. (NARCISO, 2013, p. 15-16)

Spivak, em sua obra *Pode um subalterno falar?* (2010), apresenta o sujeito subalterno como aquele que é obliterado, ou seja, o sujeito esquecido em suas questões políticas, sociais e até intelectual, trazendo a questão da situação feminina como objeto da construção ideológica do gênero masculino que mantém a dominação do poder. Esse direito de fala é negado também às mulheres na obra de Mia Couto, conforme a organização de Kulumani. Mas essa prática não pode impunemente ser delegada a uma característica da cultura tradicional, uma vez que, como já falamos, a sociedade fragmentada pela experiência colonial se organizará de uma maneira em que práticas sociais não poderão ser pensadas alheias à manutenção dos poderes.

Assim, alguns aspectos da tradição moçambicana são enfatizados porque promove na mulher ainda criança a marginalização, contribuindo para a sua subalternidade e possibilitando a violência sexual: “(...) no norte do país, as mulheres são submetidas a rituais socioculturais após a menarca, onde são instruídas à submissão total ao parceiro masculino, à obediência e cumprimento das vontades sexuais do homem”. (ESTAVELA e SEIDL, 2015, p.571)

Essa submissão à figura do homem dentro da família contribui para as configurações de vulnerabilidades femininas, sobretudo as relacionadas às violências sexuais. As violências sexuais começam ocorrer dentro do núcleo familiar e, embora estejam sujeitas à repressão do governo, a sociedade evita intervir deixando as mulheres sujeitas aos julgamentos e sentenças dos membros masculinos da família. Dentro de práticas sociais subalternas, estão sujeitas à vontade sexual do homem, possibilitando maiores episódios de estupro, abusos e incidência de doenças sexualmente transmitidas.

A violência, no romance *A confissão da leoa*, de Mia Couto, é o principal motivo do sofrimento das mulheres. A violência contra a figura feminina está presente em casa, na figura de Genito Mpepe; nas autoridades civis através do policial Maliqueto e nas autoridades tradicionais, quando Naftalinda acusa os homens da chitala pelo mal que sua empregada Tandi sofreu. Através do romance *A confissão da leoa*, constata-se que a situação da mulher em Moçambique ainda é

grave, pois, mesmo depois da colonização e do fim da guerra civil, ela continua sendo subalternizada, explorada e abusada com a legitimidade da sociedade a que pertence.

As mulheres de Kulumani

O romance *A confissão da Leoa*, de Mia Couto, foi baseado em fatos reais, informação que o escritor revela em entrevistas:

Sim, foram fatos reais e vividos por mim. Eu estava numa pequena aldeia do litoral norte de Moçambique, quando ainda trabalhava como biólogo, e, certa noite, me chamaram porque havia um homem morto no caminho. Era a primeira vítima dos leões. Nos dias seguintes seguiram-se outros ataques, sempre mortais. E as vítimas eram sempre mulheres. Vinte e cinco mulheres devoradas no espaço de quatro meses. A violência dessa experiência marcou-me para sempre. Mas eu quero fazer aqui um aviso sobre o livro: não se trata de um relato que procura a verossimilhança, uma história de bichos e caçadas. O que quis foi incorporar uma dessas mulheres e contar a história da sua condição histórica e social. As mulheres rurais de Moçambique há muito que estão sendo devoradas por um sistema de patriarcado que as condena a uma situação marginal e de insuportável submissão (COUTO apud MENDES, 2012, s.p.)

A caça seletiva aos leões orienta o romance a investir não na questão ambiental, mas principalmente nos conflitos sociais que possam explicar os ataques seletivos. Em nota de explicação inicial, o autor relata que os leões não foram as principais dificuldades que os caçadores reais enfrentaram para diminuir as mortes que estavam acontecendo na vila. Aos poucos, perceberam que os problemas ultrapassavam suas capacidades por se tratarem de conflitos sociais. Assim, utilizando-se dos fatos reais, o autor moçambicano trafega entre a realidade e a imaginação para entender as situações herdadas da tradição, do colonialismo português e da guerra civil.

A confissão da leoa é uma reunião de eventos que nos reportam a dados históricos, culturais e políticos manifestados a partir de pontos de vista de dois personagens bem diferentes: Mariamar, uma moradora da vila, e Arcanjo Baleiro, o caçador visitante. A escrita do romance se dá através do gênero diário, em que os dois personagens relatam seus cotidianos, denunciando os sofrimentos e principalmente a exploração que vivem as mulheres de Moçambique, em especial as mulheres rurais. Com capítulos alternados, diário do caçador e versão de Mariamar, a narrativa discute a subalternidade e a violência contra a mulher.

Mariamar

O romance inicia com o relato de Mariamar sobre a morte de sua irmã Silência, que foi a última vítima dos leões. O nome da irmã de Mariamar é sugestivo, uma vez que todas as mulheres da aldeia são silenciadas pela cultura e tradição. Mariamar é uma moradora da vila que está sujeita a diversas violências. Sofre de amor há dezesseis anos por Arcanjo Baleiro. Conhece-o quando, no passado, o caçador impede o policial Maliqueto de abusar dela sexualmente. Relatando essa paixão, Mariamar confessa que o amor era um pedido de socorro, pois desejava que Arcanjo a salvasse de Kulumani. Mas não será ele que a salvará, como a narrativa comprova. Será sua mãe que agirá no sentido de fazer com que Mariamar saia da vila. A narrativa não recorre a uma saída romântica, portanto em Kulumani a salvação para os ataques terá que partir das mulheres e suas diferentes estratégias de resistências.

Mariamar personifica o sofrimento das mulheres de Kulumani e a submissão que é obrigada a assumir:

Na noite anterior, em nossa casa a ordem tinha sido ditada: as mulheres permaneceriam enclausuradas, longe dos que

iriam chegar. Mais uma vez nós éramos excluídas, apartadas, apagadas. (...) (COUTO, 2012, p. 43)

As mulheres, como vemos na citação, são objetos do gênero masculino, o que legitima, numa sociedade patriarcal, que elas sejam abusadas fisicamente, verbalmente e sexualmente. Instituído essa prática social como “ordem” e tendo essa mesma ordem como paradigma que deve guiar as nações independentes, fica praticamente impossível desconstruir ou mesmo resistir a essa maneira como se organiza a sociedade. Dessa forma, sob o pretexto da manutenção da “ordem”, os agressores das mulheres não são submetidos a nenhum tipo de punição:

O homem agarrou-a pelos pulsos e empurrou-a de encontro ao velho armário, derrubando a lâmparina. Hanifa viu a sua pequena lua se desfazer em chamas azuladas, dispersas no chão da cozinha. (...)

Decidi então intervir, em defesa de minha mãe. Ao me ver sair da penumbra, as fúrias redobram em meu pai: ergueu o braço, pronto para impor o seu reinado. (COUTO, 2012, p. 25)

As desigualdades entre homens e mulheres foram construídas ao longo da história. A figura feminina foi suprimida pelo sexo masculino, que impôs a submissão excluindo-a de várias atividades, o que alimentou uma sociedade desigual em termos de gênero. Durante um período, tentou-se justificar essa submissão relacionando a capacidade intelectual feminina aos seus fatores biológicos, o que evidencia, mais uma vez, a subalternidade da mulher na história. Na construção da sociedade, a mulher foi designada como parte mais frágil, tornando-a um ser sem voz, sem espaço e sem subjetividade:

Mesmo que as mulheres já viessem, desde o século XIX, reivindicando direitos como o sufrágio, direitos trabalhistas, etc., foi apenas no século XX que houve realmente o que poderíamos chamar como Revolução Feminista. Revolução no sentido que em se alteraram, ao menos teoricamente, as relações de poder calcadas exclusivamente no patriarcalismo e na primazia social masculina: pela primeira vez na história, mulheres tiveram direito ao sufrágio, direitos trabalhistas em pé de igualdade, acesso à educação; pela primeira vez houve leis de proteção às mulheres, e, sem falar, no desenvolvimento da medicina que levou à liberdade sexual feminina.

Essa transformação foi acompanhada por uma série de estudos, iniciada por Freud, que tentavam desvendar e determinar o sujeito feminino, descobrir o que é “ser mulher”, e como, em que e porque esse sujeito de distinguiu do masculino. No entanto, esses estudos, longe de contribuírem para a emancipação feminina e para a diminuição do preconceito sofrido pela mulher na sociedade, contribuíam para a criação de um mito da diferença biológica e psicológica e, conseqüentemente, da inferioridade feminina. (NASCIMENTO, 2015, p. 294)

As imagens e figuras da mulher são construções sociais, portanto sua subalternidade é uma prática reafirmada no cotidiano. Assim, o discurso que mantém ainda nos dias atuais a mulher na condição subalterna vem de uma prática sucessiva do silenciamento feminino. A violência ou omissão são ensinadas paulatinamente, naturalizando a condição subalterna e impossibilitando resistências:

- *A ordem do seu pai está certa. A partir de hoje, você não sai de casa.*

Que aquela reclusão fosse vontade de meu pai, isso em nada me surpreendia. Estranhei, sim, o modo entusiástico com que minha mãe apoiava a decisão do marido.

- *É isso mesmo, Mariamar: vai ficar aqui, bem trancada. (...)* (COUTO, 2012, p. 45)

Obedeça a tudo, menos ao amor, assim me dizia Silência, a minha pobre irmã. São razões de amor que me fazem sair de Kulumani, distanciando-me de mim dos temores presentes, dos futuros pesadelos. (...) (COUTO, 2012, p. 49)

Silenciadas e dentro de práticas subalternas, não é difícil imaginar como essas características incidiram sobre o corpo feminino. Assim, em várias passagens do romance, vemos a denúncia sobre a violência sexual a que mulheres, dentro de sociedades patriarcais, estarão expostas. Mariamar é vítima de vários abusos durante a narrativa do romance. O paradoxal é que essa violência partirá daqueles que deveriam oferecer proteção, uma vez que são eles que instituem a subalternidade e sabem disso. Nesse sentido, tanto o pai de Mariamar quanto o policial Maliqueto se constituem como perigo para as mulheres de Kulumani. Vemos que a narrativa social da subalternidade é articulada com propósitos próprios, que, invariavelmente, ratificam e provocam a violência contra mulher.

A primeira tentativa de violência sexual por parte de Maliqueto foi quando Mariamar ainda era uma menina e vendia galinhas para fugir de Kulumani. Foi nessa ocasião que conheceu o caçador que a livrou do abuso do policial:

(...) Os abusos de Maliqueto eram por demais conhecidos. Naquele momento o seu turvo olhar apenas confirmava as suas malévolas intenções. A luz faltou-me, as pernas fraquejaram-me. O cano da espingarda encostada nas minhas costas não me autorizava demora. (...) (COUTO, 2012, pag. 51)

Mariamar só não sofreu o abuso porque Arcanjo Baleiro a livrou do policial. Não se trata aqui de ver essa salvação a partir de uma saída romântica, em que o homem livra a mulher do perigo. Trata-se mesmo de constatar todo o contexto de opressão e perigo a que a menina estava exposta: Mariamar era uma criança pobre ameaçada, na cena, por uma espingarda. Quando observamos esse contexto, perguntamos como Mariamar poderia escapar daquela situação? A resposta dessa questão incide mais na sorte, saída a que a narrativa recorre, do que um projeto mais contínuo de proteção. Mariamar nunca estará protegida em Kulumani.

Com o retorno de Arcanjo Baleiro na aldeia, Mariamar foi proibida de sair de casa devido o romance que tiveram no passado. Enclausurada, tenta uma fuga pelo rio Lideia, quando, mais uma vez, o policial Maliqueto aparece e tenta abusar de Mariamar. Dessa vez, agora já crescida, ela o arranha e o ataca, cuspidando e gritando. Maliqueto foge dizendo que Mariamar está louca. A loucura de Mariamar se configura numa característica que a protegeria de Maliqueto:

(...)-*Você deve-me alguma coisa, Mariamar. Não se lembra? Aqui é um bom lugar para cobrar o que me deve.*

Vai-se libertando da roupa, enquanto se aproxima, rastejante e baboso. Estranhamente, não o receio. Para meu próprio assombro, toda eriçada, avanço sobre Maliqueto, gritando, cuspidando e arranhando. Entre temor e espanto, o polícia recua e constata, horrorizado, os fundos rasgões que lhe causei nos braços.

-*Grande cabra, querias matar-me!?*

Enrola a camisa nos ombros para esconder as feridas e apressadamente retoma a viagem para Kulumani. Enquanto rema, vai repetindo, em surdina:

-Está louca, a gaja está completamente louca. (...) (COUTO, 2012, p. 57 - 58).

Maior, Mariamar começa a entender práticas de não confronto direto e acaba resvalando na loucura, como tentativa de evitar o ataque. São práticas possíveis dentro de uma sociedade em que até a proteção é desautorizada.

Nesse sentido, é muito interessante outro ato de Mariamar que denuncia a impossibilidade de existência em todos os níveis, até mesmo o da escrita. Entremendo a versão de Mariamar com os diários de Arcanjo Baleiro, o romance se constitui em pontos de vistas distintos sobre os episódios. Ao romper o silêncio por meio de sua versão, Mariamar indicia a escrita como uma possibilidade de existência. Sobre isso, é interessante pensarmos na escrita, enquanto gênero discursivo, e a identidade das mulheres. Foi através de diários que as mulheres puderam, na história da literatura, se afirmar e discutir seus espaços e imagens:

O diário se tornou uma ferramenta de evasão para as mulheres, as quais viviam sob um rígido domínio masculino que não lhes imprimia o direito à participação no mundo cultural da época, restando o tipo privado de escritura como a forma de comunicação dessas mulheres com si mesmas ou com “o outro”. (NASCIMENTO e PATRINI-CHARLON, 2010, p. 2)

O que estamos vendo aqui é que Mariamar, diante desses perigos que a cercam em Kulumani, tem que desenvolver estratégias que não dizem respeito exclusivamente a um confronto direto com a lei posta. De uma certa forma, ela tem que se transformar em uma leoa, que estuda os caminhos, antecipa ataques e se movimenta levando em conta a sua proteção. O leão no reino animal é reconhecido como aquele que impera, que tem o poder e a força; em Kulumani os leões são os homens, porém, a partir do momento em que Mariamar vai tomando consciência dos sofrimentos que lhe tiraram a humanidade, cresce em si o desejo de se livrar da opressão. Diante das situações de perigo com as feras, a protagonista do romance revela os medos, traumas e dores advindas dos contextos culturais em que as mulheres são submetidas e se reconhece como uma leoa, pois incorpora a resistência e busca força para a sua defesa e sobrevivência.

A esse respeito, o próprio nome Mariamar nos introduz no reino da resistência. O nome é a junção de Maria, mar e amar. Maria, dentro da tradição judaico-cristã, é aquela que traz a salvação para o mundo; no ventre de Maria é gerado o redentor, aquele que libertará Israel. Já o mar simboliza a dinâmica da vida e suas transformações. O avô de Mariamar revela em sonho que ela não é um animal e que, embora lhe tratassem como bicho, ela era uma mulher. Ou seja, Mariamar também fazia parte da divindade e de suas dores viria a transformação. É o movimento de suas dores que promove as possíveis transformações. O romance inicia com a frase “Deus já foi mulher.” (COUTO, 2012, p.13), que confere às mulheres, através de uma lenda, a participação na criação, pois o senhor do universo, antes de abandonar sua criação e ser chamado de Nungu, era como as mães.

O abandono da criação pode ser associado às explorações físicas, morais e sexuais que as mulheres de Kulumani sofrem. Mariamar também foi vítima do seu pai que, por anos, abusou dela e de suas irmãs. No entanto, só compreende o que acontecia quando se torna uma mulher.

(...) durante anos, meu pai, Genito Mpepe, abusou das filhas. Primeiro aconteceu com Silência. Minha irmã sofreu calada, sem partilhar esse terrível segredo. Assim que me despontaram os seios, eu fui a vítima.(...) (COUTO, 2012, p. 187).

Mariamar é dor, mas também anuncia a transformação a partir do entendimento dessa dor. Sobre essa dor provocada, principalmente, pela violência doméstica e violência sexual, é

interessante observarmos que o caso de Kulumani se configura como uma alegoria do país. Dados divulgados pelo Ministério moçambicano da Saúde em janeiro de 2017 indicam que o número de casos de violação sexual aumentou em 25% e de violência doméstica em 7% no período de 20 de dezembro de 2016 a 02 de janeiro de 2017. A violência doméstica é toda ação violenta praticada por membros que habitam o mesmo grupo familiar. As crianças e as mulheres são as vítimas mais vulneráveis por não terem condições de defesa, o que acarreta grandes traumas psicológicos:

Na maioria dos países africanos a prática de violência doméstica é comum, e Moçambique não é exceção, pois conta com mais de 25 mil casos de violência doméstica reportados, com destaque violência doméstica contra mulheres e crianças. Este número de casos reportados pode não corresponder a realidade, pois, muitas vítimas ainda preferem manterem-se em silêncio para proteger o agressor, ou por considerar a violência doméstica como uma situação normal. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2017, p. 7)

A violência incide sobre o corpo feminino a partir de normatizações e padrões. Assim, o poder é também uma prática corporal que sujeita e faz com que o corpo feminino seja do usufruto do homem. Nesse sentido, é muito interessante como Mariamar apresenta no seu corpo marcas do exercício de poder do homem. Aos doze anos, a personagem perde os movimentos das pernas e o avô Adjiru culpa o pai da menina. Em confissão ao seu diário, Mariamar conta que o pai abusou dela e da irmã Silência e sua mãe sempre fingiu que não sabia de nada, porém, quando as evidências se revelam, Hanifa reage agredindo e acusando a filha de ter provocado a situação:

(...) Quando as evidências as esmagaram, mandou-me chamar para, voz tremente, me perguntar:

-É verdade?

Não respondi, olhos presos no chão. O meu silêncio foi, para ela, a confirmação.

- Maldita!

Sem qualquer reação, fitei-a saltando sobre mim, agredindo-me com socos e pontapés, insultando-me na sua língua materna. O que ela dizia, entre babas e cuspos, era que a culpa era minha. Toda a culpa apenas minha.(...) (COUTO, 2012,p. 187 e 188)

Aqui, uma manobra da cultura do estupro pode ser observada, quando notamos a culpabilização da vítima. Mas, pensando em todo o contexto de silenciamento e opressão de todas as mulheres de Kulumani, podemos observar também, na acusação da mãe, mais a constatação da impotência do que a tentativa de colocar a culpa na filha. A paralisia de Mariamar, assim, está relacionada ao fato de estar submissa nesse contexto violento e predominantemente masculino, não compreendendo os sofrimentos que a envolve e não conseguindo romper com eles. É possível perceber que, pelo fato de ser ainda criança, não pode se defender o que a torna ainda mais vulnerável. O apagamento das mulheres em Kulumani faz com que Mariamar discuta sua condição de nascida morta, que também é outra forma de paralisia: "Nós todas, mulheres, há muito fomos enterradas. Seu pai me enterrou; sua avó, sua bisavó, todas foram sepultadas vivas." (COUTO, 2012, p. 43).

Essa questão da imobilidade e paralisia pode ainda ser vista quando o avô de Mariamar inventou que ela era uma mulher seca e infértil. Isso se dá na tentativa de o avô proteger a neta dos homens de Kulumani, pois apenas solteira poderia sair de Kulumani para ser livre e ser tratada como mulher. O fato de Mariamar ser considerada estéril poderia implicar no desinteresse dos homens tomarem-na por esposa, uma vez que a cultura local determina e limita a função da mulher como reprodutora e mão de obra gratuita.

Hanifa Assulua

Há no romance um desprezo por Kulumani, expresso fortemente através da personagem Hanifa Assulua, mãe de Mariamar. Hanifa compreende o fato de a mulher não ter a legalidade da existência, percebe sua condição subalterna e não vê saída para seu condicionamento. Com a chegada de Arcanjo Baleiro na aldeia, Hanifa tenta suavizar sua condição, já que perdera três das quatro filhas, dizendo a Arcanjo Baleiro que os leões chegaram a sua casa, porém, ao fim, a mulher armara uma emboscada para o marido Genito por acreditar que ele era culpado das mortes em casa. De fato, vários homens de Kulumani são responsáveis pelas mortes das mulheres: são eles que cercam, violentam, diminuem, oprimem e pressionam as personagens da vila. De uma forma ou de outra, eles criam um ambiente propício para a morte, loucura ou solidão de todas as mulheres de Kulumani, se comportando como verdadeiros predadores. Eles são responsáveis por criarem uma situação de vulnerabilidade em todas as mulheres. Assim, quando, no começo da narrativa, sabemos que há leões comendo as pessoas da vila, isso seria também uma metáfora para falar do que os homens estão fazendo em Kulumani. Se, também, se observa os leões matando as mulheres de Kulumani, deve-se levar em conta o que os homens estão fazendo ali para deixar as mulheres tão vulneráveis aos ataques.

Hanifa negligencia o fato de o marido abusar sexualmente das filhas, ignora as especulações dos vizinhos, porém, quando não há mais como esconder as evidências, culpa Mariamar de seduzir seu homem. Hanifa Assulua busca um culpado, pois compreende que nada poderá fazer ao marido se nem pelo nome pode chamá-lo. Mais do que culpabilizar Hanifa, faz-se necessário entender o contexto de opressão em que também ela está imersa.

A aceitação cultural é uma das formas de violência enraizadas na comunidade de Kulumani. Hanifa consegue descrever com consciência através da sua vivência os sofrimentos que carregam as mulheres da aldeia. Mulheres oprimidas pelos costumes e tradições, mas também pela administração da vila. Quando o administrador de Kulumani, Florindo, vai até a casa de Mariamar para que a menina o ajude com sua esposa, seu pai, mesmo não sabendo do que se trata, permite que a leve. Certa de que será abusada, Mariamar suplica para não ir, mas o pai não se comove. Hanifa tenta interceder em favor de Mariamar, mas é silenciada. Hanifa também está paralisada como Mariamar:

[...] Na presença do visitante, contendo-me, arruinada por dentro. Assim que Florindo se retira, porém, a minha súplica irrompe:

- *Pai, não me faça isso. Por amor de Deus, eu não quero...*

- *Você não tem que querer.*

- *Mas, ntwangu, por favor, pense bem – declara minha mãe, agindo inesperadamente em minha defesa. [...] (COUTO, 2012, p. 212 e 213)*

Assim como Mariamar, Hanifa também carrega suas dores, foi ensinada a obedecer e sofre com a consciência de sua privação. Nunca pôde ser outra coisa senão o que lhe ditaram que deveria ser. No entanto, com a morte de sua filha Silência, a mãe de Mariamar desafia a tradição, quando propõe fazer sexo no dia de luto, pois seu desejo era manchar toda Kulumani. Hanifa também elabora estratégias para expor sua dor, como esse desejo de manchar a vila. Acontece que as duas personagens, além de expressarem um problema relacionado ao gênero, também nos mostram que atravessam suas condições a questão social. Para perceber isso, é necessário que incida sobre a reflexão sobre gênero outras discussões que levem também em conta raça, etnia e classe social:

A partir dos dados da pnad 1989 e 1999, Nadya Araujo Guimarães mostra que, considerando sexo e raça, os homens brancos possuem os salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e, por último, as mulheres negras têm salários significativamente inferiores.

(HIRATA, 2014, p.63)

O que essa citação demonstra é que, numa sociedade desigual, vários aspectos concorrem para que as assimetrias se tornem agudas, como é o caso de Hanifa e Mariamar.

Com a morte de Genito e dos leões, Hanifa confessa a Arcanjo que a filha precisa ir embora de Kulumani, será a única forma de salvá-la. A mãe, pela primeira vez, dá à filha o direito de existir. Mesmo ficando sozinha em Kulumani, depois da partida da filha, a mãe de Mariamar é consciente de que, pelo menos para a filha pode haver um recomeço. Na despedida entre mãe e filha, Hanifa passa para Mariamar um colar que é a antiga corda do tempo em que todas as mulheres da família contaram os meses de gravidez. Esse gesto devolve a Mariamar a fertilidade, metáfora da esperança da vida que nunca tivera.

Naftalinda

As mulheres na sociedade sempre foram menosprezadas e abusadas no seu direito de ser. Em Moçambique a situação dos abusos sexuais se agravaram com a colonização dos portugueses e se mantiveram depois da independência.

Segundo dados da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Moçambique é o terceiro lugar no mundo no que diz respeito às novas infecções pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e, apesar de o governo trabalhar a conscientização para reduzir os números de infectados, os abusos sexuais continuam, uma vez que não se trata apenas de um trabalho de ideias, mas de práticas de subalternidade que estão naturalizadas dentro da sociedade. A sociedade contemporânea naturaliza a subalternidade feminina dentro das instituições do Estado, portanto soa como paradoxal esses trabalhos de conscientização uma vez que a opressão sobre a mulher é institucionalizada.

No romance, a personagem Tandi sofre um abuso sexual. A moça é funcionária do administrador da vila e de sua esposa, Dona Naftalinda. Naftalinda relata a Arcanjo Baleiro que doze homens haviam abusado de sua empregada Tandi. A moça havia atravessado o *mvera*, um acampamento de ritos de iniciação para rapazes onde é expressadamente proibido para mulheres. Tandi desobedeceu, ao cruzar o território sagrado, e foi punida: todos os presentes no ritual abusaram dela sexualmente. A moça foi levada para o centro de saúde, mas até a assistência foi negada, não quiseram tratá-la. Os enfermeiros tinham medo da fúria dos tradicionalistas; as autoridades também foram acionadas, mas não fizeram nada, nem mesmo o administrador, pois, como figura pública, não queria entrar em conflito com os que defendem a tradição: “Quem, em Kulumani, tem coragem de se erguer contra a tradição?” (COUTO, 2012, p. 148).

O drama de Tandi e a denúncia de Naftalinda dizem respeito ao contexto histórico de Moçambique. Com já falamos, depois da independência e da guerra civil, o Estado procurou incorporar dentro da estrutura de poder as autoridades tradicionais. Estas, por sua vez, como passaram a uma disputa de legitimidade dentro do Estado, devem ser pensadas dentro das disputas de poderes e representatividade na nação. Quando tanto os enfermeiros, quanto o administrador não querem interferir no drama de Tandi, há toda uma questão de poder sendo debatida nessa renúncia.

Dona Naftalinda é a voz feminina que consegue ecoar em Kulumani. Assim como Hanifa, é consciente dos abusos a que as mulheres são submetidas, porém a diferença entre as duas personagens é que a primeira-dama não tem medo de denunciar e se posicionar contra tais violências, não por uma questão de gênero, mas por uma questão social. Portanto, Naftalinda chama atenção para o fato de que o problema de gênero pode ser intensificado pelo problema social:

O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha (...)

(CASTRO, 2001, p.90)

Durante a recepção de Arcanjo Baleiro e Gustavo Regalo na *shitala* onde só os homens podiam entrar, dona Naftalinda chega desafiando a mais antiga das tradições de Kulumani, decidida intervir em favor de sua empregada que foi violentada por estes mesmos homens e nada sofreram em nome de uma tradição:

- Fingem que estão preocupados com os leões que nos tiram a vida, Eu, como mulher, pergunto: mas que vida há ainda para nos tirar?(...)

- Sabe por que não deixam as mulheres falar? Porque elas já estão mortas. Esses aí, os poderosos do governo, esses ricos de agora, usam-nas para trabalhar nas suas machambas. (COUTO, 2012, p. 115)

Como outras tantas mulheres, Tandi acaba sendo devorada pelos leões, porém os primeiros leões que a devoram foram os homens de Kulumani. A tradição e a brutalidade animal presente no romance são as ações masculinas, que aniquilam a existência da mulher na aldeia. O leão que ruge, que devora e que mata está presente em suas casas, nas autoridades civis e tradicionais.

Ao desafiar a tradição, a primeira-dama começa a dar voz às mulheres da aldeia, embora muitas delas nem saibam fazer uso desse direito, pois foram ensinadas a obedecer sempre. No enterro de Tandi, dona Naftalinda faz um discurso sobre a submissão das mulheres de Kulumani referente à vulnerabilidade em que os homens as colocam, pois são elas que fazem todo o trabalho doméstico e de campo enquanto servem os homens e suas famílias. Assim eram presas fáceis dos leões:

- Os leões cercando a aldeia e os homens continuam a mandar as mulheres vigiarem as machambas, continuam a mandar as filhas e as esposas coletar lenha e água de madrugada. Quando é que dizemos não? Quando já não restar nenhuma de nós?

Esperava que as demais mulheres a seguissem naquele convite à revolta. Mas elas encolhem os ombros e afastam-se, uma por uma. (...) (COUTO, 2012, p. 195 e 196)

Naftalinda é uma mulher forte e resistente, capaz de sobreviver a Kulumani porque esteve muito tempo fora da aldeia em contato com outros mundos e, principalmente, porque socialmente não está nas mesmas condições de Hanifa e Mariamar. Portanto, não se trata aqui de requerer as mesmas estratégias de resistência para as personagens. Isso seria menosprezar o contexto social em que todas estão inseridas. Atravessam os problemas de gênero de cada personagem os problemas sociais, o que faz com que recaia sobre Naftalinda menos sanções, dentro de uma escala de subalternidade, do que nas duas outras personagens.

Colocar essas três personagens em situação de igualdade, em termos de gênero e em termos sociais, seria não atentar para a discussão presente no romance e também compactuar com um pacto social que julga as resistências das mulheres sem levar em conta a sua situação social. Dentro de uma sociedade patriarcal, muitas vezes, essas transversalidades não são levadas em consideração para requerer de todas as mulheres o mesmo comportamento em situações de adversidades. Como elas pertencem a uma sociedade desigual, muitas vezes incide sobre a mulher pobre e negra um julgamento que leva em conta mais o seu posicionamento subjetivo diante da adversidade, do que um entendimento de que a vulnerabilidade de gênero é intensificada por outras vulnerabilidades, como as sociais e raciais.

Conclusão

A subalternidade e os dramas sofridos pelas mulheres na sociedade têm sido discutido na literatura por escritores e escritoras comprometidos que buscam denunciar as opressões sociais, culturais, políticas e sexuais, a fim de que observemos a naturalização das desigualdades de gênero.

Mia Couto, em *A confissão da leoa*, aborda a condição da mulher moçambicana, contestando a organização social que é conivente com o ataque ao sujeito feminino.

A mulher em Moçambique é submetida cotidianamente a situações desumanas e precárias, entre elas o abuso sexual. O romance busca retratar a realidade das mulheres através das personagens, evidenciando que, desde o nascimento, a figura feminina é condicionada a um sistema patriarcal que anula e negligência sua existência no país.

A partir do estudo histórico, cultural e tradicional de Moçambique entende-se que a discussão de maior relevância é sobre a violência delegada ao sujeito feminino. A obra *A confissão da Leoa*, de Mia Couto, discute as violências sofridas pelas mulheres, mas também as possíveis resistências e o desejo da liberdade.

Estudamos três personagens femininas que discutem a situação das mulheres moçambicanas. A primeira delas é Mariamar, protagonista do romance, uma moradora da aldeia que sofre diversas violências e personifica o sofrimento da submissão. Mariamar é violentada pelo pai, mas busca romper o silenciamento através da escrita e através de outras estratégias, incorporando a história de que é uma leoa, a fim de resistir e romper seu condicionamento. Temos também Hanifa Assulua, mãe de Mariamar, uma mulher forte e consciente de que não tem a legalidade da existência. Por fim, temos Naftalinda, que possui consciência da situação da mulher em Kulumani e se arrisca a enfrentar a organização social para requerer para as mulheres da aldeia o direito à liberdade. Sua situação social faz com que elabore outras estratégias de resistência como, por exemplo, o debate com as autoridades tradicionais e com o administrador de Kulumani.

A confissão da leoa atende a proposta da literatura contemporânea, abordando temas sociais e humanos que apontam novas e reais possibilidades.

Referências

CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da pobreza” em cenário neoliberal. **Mulher e trabalho**, vo 1, 2001. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2671> Acesso em: 16/11/2018.

COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

DINERMAN, A. **Revolution, counter-revolution and revisionism in postcolonial Africa; the case of Mozambique, 1975-1994**. New York: Routledge, 2006.

ESTAVELA, Arune João e SEIDL, Eliane Maria Fleury. Vulnerabilidades de gênero, práticas culturais e infecção pelo HIV em Maputo. **Psicologia e sociedade**. 27 (3), 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00569.pdf> Acesso em 15/11/2018.

GUIMARÃES, Teresa Thomassin. Representação da Mulher em **A confissão da leoa** - 2013. TCC Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95001> Acesso em 15/11/2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça; interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979> Acesso em 16/11/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. **Estatísticas de Violência Doméstica 2014-2016**. Moçambique. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/accao-social/estatisticas-de-violencia-domestica-2014-2016/view> Acesso em 16/11/2018.

LOFORTE, Ana Maria. Mulher, poder e tradição em Moçambique. **WLSA**. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/mulher-poder-e-tradicao-em-mocambique/> Acesso em: 15/11/2018.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? **Revista Lusófona de Ciência Política e Relações**

Internacionais. 2007, 5/6, pp. 195 – 207. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1988/1042-3701-1-PB.pdf?sequence=1> Acesso em: 15/11/2018.

MENDES, Letícia. No livro **“A confissão da Leoa”**, Mia Couto retrata o drama das mulheres rurais de Moçambique. UOL, São Paulo, 5/11/2012. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/05/no-livro-a-confissao-da-leoa-mia-couto-retrata-o-drama-das-mulheres-rurais-de-mocambique.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 15/11/2018.

MORAIS, Maria Perla Araújo. “Sofremos a guerra, haveremos de sofrer a paz” : pedagogia da nação moçambicana em Mia Couto e Paulina Chiziane. **Todas as musas.** Ano 8, número 1, Jul- Dez 2016. Disponível em: https://www.todasasmusas.org/15Maria_Perla.pdf. Acesso em: 15/11/2018.

NARCISO, Vanda Margarida de Jesus dos Santos. **Mulheres e terra? Faz a matrilinearidade diferença? Uma leitura da situação no distrito de Bobonaro em Timor – Leste.** Dissertação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/12147/1/VN_N%C2%BA20839_Disserta%C3%A7%C3%A3o_MULHERES%20E%20TERRA%20FAZ%20A%20MATRILINEARIDADE%20DIFEREN%C3%87A_final.pdf Acesso em 15/11/2018.

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira. Sobre a história da literatura e o silenciamento feminino: questão de crítica literária e de gênero. **Historiae**, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5418/3357> Acesso em 16/11/2018.

NASCIMENTO, Michele Vasconcelos Oliveira; PATRINI-CHARLON ,Maria de Lourdes Patrini. As Máscaras do Feminino: o “eu” fragmentado no diário e na epistolografia do último ano de Florbela Espanca. **Anais.** Fazendo gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, agosto de 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278301585_ARQUIVO_Asmascaras dofeminino.pdf Acesso em 15/11/2018.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (Revista Tempo 1975-1985). **Sankofa** (São Paulo), v.2, n. 4, dez./2009 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88746> Acesso em 15/11/2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2010.

Recebido em 21 de novembro de 2018.

Aceito em 9 de abril de 2019.